

DISCURSOS E PRÁTICAS DE UM MOVIMENTO ESTUDANTIL: A PSICOLOGIA E A POLÍTICA ANDAM JUNTAS?

Tiane França Menezes – Psicóloga, formada pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA); tmenezes.quevedos@gmail.com

Tatiana Cardoso Baierle – Orientadora, Docente do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA); tatibaierle@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Hoje, mais de quarenta anos depois do reconhecimento, a Psicologia ainda não traz em sua vertente uma categoria unida, a fim de lutar pelos direitos e deveres que lhe compete. Porém, alguns defendem todos os dias a possível união de Política com Psicologia. Essas lutas não se fazem apenas após a graduação, mas mostram um interesse da categoria, ainda na formação, dando suporte ao que será aqui apresentado.

Entre revoltas e conquistas, o que sobrou para a atualidade? Como uma resposta a esta questão e muitas outras, este trabalho foi proposto, com o objetivo de conhecer a visão dos acadêmicos de Psicologia, acerca das práticas políticas do movimento estudantil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, tendo como instrumento o grupo focal.

Inicialmente, apresenta-se uma revisão bibliográfica sobre a Psicologia enquanto ciência e profissão, sua participação e construção política, momentos passados e atuais da política estudantil. Na sequência, discutem-se as falas coletadas em encontros realizados com acadêmicos do curso.

2. PSICOLOGIA E POLÍTICA

Para Lhullier (1998, p. 207 e 208), tanto Psicologia como Política tem suas definições: a primeira seria dada como a “disciplina que estuda o sujeito em sua relação com o mundo”, a segunda seria “atividade humana que se dá na esfera das disputas pelo poder entre grupos organizados”, neste caso, grupos que, de um lado buscam transformar uma determinada relação de poder, e outros que desejam mantê-la.

Além dos grupos organizados e anteriormente citados, que existem de um lado ou outro (esquerda ou direita), encontram-se ainda os que se dizem neutros, ou à parte da Política. Pode-se aqui dizer que esta neutralidade faria parte de uma ciência Psicológica sobre a Política, tratadas diferentemente, como separadas. Seria a aplicação dos conhecimentos psicológicos ao estudar os fenômenos políticos. Sendo então uma abordagem que supõe a possibilidade da neutralidade científica, como um “conhecimento psicológico objetivo e isento de valores” (SABUCEDO citado por LHULLIER, 1998, p. 211).

O começo da Psicologia Política se deu na Europa, com Lebon, no fim do século XIX, quando publicou estudos sobre multidões e mentalidades políticas. Após, já no século XX, nos anos de 1940, vários escritos foram publicados sobre o assunto, tais como Skinner, Freud, Adorno, Marcuse, Reich e outros, mostrando, conforme suas áreas, como o autoritarismo poderia implicar em fatos políticos. Nos anos de 1950, a Psicologia Política se insere como campo de pesquisa. Iniciam-se esforços para delimitar uma área temática com campos teóricos e empíricos da Psicologia, Psicologia Social e Ciências Sociais (PRADO e SANDOVAL, 2001).

No Brasil, a Psicologia Política tem início nos anos de 1980, com os trabalhos e seminários do professor Leôncio Camino e alunos, e também com Salvador Antonio Meireles Sandoval e alunos. Com isso, a Psicologia Política começou a apresentar, regularmente, trabalhos nos encontros da Associação Brasileira de Psicologia Social -

ABRAPSO. Além de ganhar forças e fazer parte dos encontros científicos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia - ANPPEP. Com estes movimentos e a ajuda de diversos autores, torna-se cada vez mais interdisciplinar e intelectual (PRADO e SANDOVAL, 2001).

3. HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

O movimento estudantil marcou o cenário histórico, desde o início do século XX, fazendo-se presente em fóruns e debates acerca de universidades, além de constituir-se como forte movimento de mobilização no país, atraindo grupos de outros movimentos sociais. Durante a Ditadura e o ano de 1968, as mobilizações do movimento estudantil ficaram cristalizadas no imaginário social, marcando sua importância no quadro político e social brasileiro, possibilitando a inserção e atuação de muitos jovens na política (MESQUITA, 2003).

Para Silva (2008), o movimento estudantil vem acompanhada de outros movimentos sociais que emergem no século XX, inspirado, principalmente, nas idéias marxistas, em busca de um projeto que esperava a tomada de consciência e tomada de poder. O político é muito mais um movimento de transição para uma redenção e para um mundo social onde as relações de poder poderiam ser eliminadas, seja pelo interesse racional ou pelo desenvolvimento da consciência de classe (PRADO, 2001).

Conforme Vinadé e Guareschi (2007), a militância surge como forma de se mostrar como se é; pois as pessoas que fazem parte deste ambiente não conseguem mostrar ao mundo quem são; encontrando este espaço em movimentos sociais. “A subjetividade militante acontece quando o fazer militante existe, quando a pessoa comparece diante do grupo que pressupõe essa identidade, reafirmando-a” (BALTAZAR citado por VINADÉ e GUARESCHI, 2007).

As temáticas estabelecidas dentro do movimento estudantil são as mais variadas, apesar disso, ainda não se tem em número o apoio da maior parte dos estudantes em assembleias ou passeatas, representando, nesse ínterim, uma crise de representações e organização para o movimento, mostrando a falta de expressividade por parte dos estudantes. Este desgaste não apresenta meios para a mobilização coletiva, fazendo com que o ideal do movimento estudantil e as aspirações estudantis não sejam colocados em um elo. “Atualmente, poucos são os estudantes que se identificam com o movimento estudantil” cita Mesquita (2003, p. 97).

As instituições representativas, bem como o diálogo dos estudantes para com as mesmas, mostram-se de forma mínima; limitando a participação de jovens que não se veem enquadradas no modelo institucionalizado. Sousa (2005, p. 07) complementa dizendo que a ausência de manifestações e debates políticos nos jovens pode ser dada à desinformação e educação precária.

4. O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA ATUALIDADE

Os jovens de hoje, criados em um cenário de crise, vivem entre ideais já cristalizados de passado, presente e futuro, com uma sequência a seguir, que compreende a formação na juventude, trabalho durante a fase adulta e repouso na velhice. As modificações exigidas pelo mundo fazem as novas gerações abandonarem certas idéias existentes, concebendo novas formas de seguirem, perpassando as cronologias, os ciclos de vida já conhecidos, uma vez que os jovens estão entrando no mercado de trabalho mais cedo, e os adultos saindo mais cedo, uma vez que a expectativa de vida aumentou (SOUSA, 2005).

Para Mesquita (2003, p. 92), na atualidade, a voz dos jovens se dá por meio de diversos canais de expressão, muitos sinalizando a necessidade do surgimento de novos

atores sociais, capazes de discutirem e criarem novas políticas públicas voltadas à categoria. Na percepção do autor, principalmente, quando:

O movimento estudantil parece articular elementos de práticas políticas tradicionais e novas herdadas dos movimentos sociais. Mantém-se, paradoxalmente, sobre uma estrutura sustentada ainda em organizações formais e centralizadoras (DCE's, CA's, UEE's, etc), mas também incorpora novas formas (como as Executivas de curso, Grupos de Cultura, etc).

Vinadé e Guareschi (2007, p. 73) comentam que, atualmente, militar é agir, lutar, criticar, estar num coletivo, não concordar com valores competitivos, narcisistas e de consumo, que “comandam as subjetividades e as ações políticas”. Sousa (2005, p. 02) acrescenta que “os jovens estão gestando novos modos de organização de vida cotidiana de negação institucional, novas formas sociais contra-institucionais de enfrentamento contra a ordem”.

Para Sousa (2005), os jovens estão se distanciando de práticas pragmáticas, criticando-as, e o jeito tradicional de fazer política. Suas ações estão se mostrando em um conteúdo ético e ideológico, aplicados em campos de resistência, contrapondo, então, aos já citados pragmatismos.

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa. Os Participaram da pesquisa 10 acadêmicos do curso de Psicologia de uma instituição de ensino superior privada, localizada na cidade de Santa Maria-RS. Os acadêmicos, todos maiores de idade, cursavam o 2º, 3º, 8º e 9º semestres. A distribuição dos semestres foi escolhida por incluir ingressos na vida acadêmica, e acadêmicos próximos da formatura.

O instrumento utilizado na pesquisa de campo foi o grupo focal. Conforme Minayo (2000), formado por pessoas, escolhidas conforme o interesse da pesquisa, com o intuito de discutir um assunto específico proposto. O grupo foi conduzido por um moderador, no caso, esta pesquisadora.

Foram realizados três encontros em grupo com os acadêmicos, onde se discutiu sobre Psicologia e práticas políticas estudantis. Os encontros ocorreram adotando-se o seguinte roteiro: 1º encontro - foi novamente apresentada a pesquisa, com vistas a redimir possíveis dúvidas; após apresentado, lido e assinado o termo de Consentimento Livre e Esclarecido; a discussão foi conduzida a partir da questão o que é política? A intenção foi conhecer a visão dos participantes sobre o tema; 2º encontro - as discussões partiram da questão que relaciona a Psicologia, enquanto ciência e profissão e práticas políticas; 3º encontro – debateu-se a questão do que seja um movimento estudantil atuante e da participação dos acadêmicos de Psicologia nesse movimento.

Os dados obtidos por meio dos grupos focais foram tratados a partir da análise de conteúdo, que, conforme Bardin (2007, p. 33), “constitui-se como um conjunto de técnicas e análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. O autor afirma que não se trata de uma técnica que traga um determinado modelo pronto e acabado, pois vai se construir em uma costura constante

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir da análise das discussões realizadas nos grupos focais, foram destacadas três categorias:

6.1 POLÍTICA DAS RELAÇÕES OU POLÍTICA PARTIDÁRIA?

Ao abordar-se o tema política, surgiu à dúvida sobre qual política se falava. Os participantes trouxeram sua visão sobre o assunto, porém, a questão de política

partidária está presente na maioria das falas. Percebeu-se que a política está intimamente ligada à política partidária, como se fossem únicas. Ou seja, não se consegue mais uma visão separada do que seria o conceito de política, enquanto relação humana, e política partidária, enquanto siglas, ou escolhas de representantes sociais.

Para Prado (2001), a psicologia política, ao focar as ações coletivas como objetos de reflexão e compreensão, pode ser entendida como necessária para constituir uma identidade coletiva, baseada na diferenciação de um elemento exterior. A identidade coletiva cria sujeitos não apenas psíquicos, mas políticos; constituídos a partir de suas crenças, valores e necessidades sociais, pesando assim para a constituição de um “NÓS”¹.

“E assim onde tem uma pessoa se relacionando com outra, já é política, até quando tu tá sozinho, já é política, porque tu é humano, tu vive em sociedade, não tem como não ser político, não tem como dizer que não é político. E aí a política vem se misturando com todos os outros contextos, do estudante, da política do profissional, da política aqui dentro da faculdade, de uma política que queremos realizar e de outra política maior...tudo é política”

Benevides (2005) diz que: “entre muitos, a afirmação de que Psicologia e Política não se misturam, ou, quando somos psicólogos, não somos militantes; e se somos militantes, não devemos sê-lo enquanto psicólogos”.

“Foi feita uma colagem do que é política partidária, no que é a política que rege a sociedade, esse é o grande problema, eu acho”.

6.2 PSICOLOGIA (A) POLÍTICA

Na aproximação feita pelos participantes, entre Psicologia enquanto ciência e profissão, e política, notou-se um sentimento de falta em relação à colaboração/participação dos psicólogos nestes movimentos. A queixa foi remetida, principalmente, aos acadêmicos, pois se estes não se interessam desde a academia, dificilmente, isso ocorrerá após concluírem a graduação.

Segundo Benevides (2005), existe um paradigma onde as esferas ciência e política são separadas, e que as práticas psis, ao tratarem de sujeitos, não devem tocar na questão da política.

“Acredito que psicologia e política pode ser pensada em dois momentos, uma do estudante e outra enquanto política institucional. São dois momentos que caminham juntos, por exemplo, aqui na graduação, aula inaugural, toca nesse assunto, tanto pra nos mostra ou nos motivar a participar da política estudantil, e depois durante a profissão, no mercado de trabalho”

Para Mesquita (2003, p. 92), na atualidade, a voz dos jovens se dá por meio de diversos canais de expressão, muitos sinalizando a necessidade do surgimento de novos atores sociais, capazes de discutirem e criarem novas políticas públicas voltadas à categoria.

Os participantes trouxeram exemplos de dois órgãos que representam, tanto os acadêmicos, como os profissionais, aqui se referiam ao DAP (Diretório Acadêmico de Psicologia) e CRP (Conselho Regional de Psicologia).

“O diretório seria a ponte pra ligar uma política e outra, ligar uma hierarquia mais baixa na mais alta, seria isso, entendeu? Reivindicar coisas que a hierarquia mais baixa quer, e que não pode pedir pro mais alto”.

¹ Grifos do autor.

“[CRP] É um órgão que faz eventos”.

Houve também momentos em que os participantes trouxeram à tona a questão da política que outras graduações e profissões (como o Direito), têm estabelecida, perante as regras e leis do social, que visam à melhora das condições de trabalho, pisos salariais, contratações, horários pré-determinados para estudos, cursos e realizações de projetos. Este comparativo mostra a realidade de uma categoria desunida (psicologia), que não luta no que tange à melhoria de suas políticas de trabalho e formação.

“É um ponto muito positivo, pois quando se pergunta ou se pensa em união de classe, todos se lembram da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), por que eles têm essa força política muito grande, por que eles decidiram o essencial pra profissão, como piso salarial, defender os seus, e muito mais”

6.3 DISCURSOS E PRÁTICAS DE UM SABER ESTUDANTIL

Sair do discurso, do papel para algo palpável, algo de concreto. Quais as maneiras do estudante de Psicologia se construir como um agente político, um sujeito crítico, que poderá discutir sobre as possibilidades de formação e colocação profissional existentes? Os que se engajam em diretórios acadêmicos, ou espaços políticos estudantis, trazem seu sentimento sobre o que passou ou passa neste espaço. A falta de participação como categoria, ainda na graduação, traz uma perspectiva insegura sobre o que será da representação política da Psicologia no futuro.

Ribeiro (2007) lembra que o movimento estudantil na Psicologia, mesmo sendo questionador e irrequieto, não consegue atingir totalmente os acadêmicos do curso, sendo raros estes momentos.

“Mas nós enquanto acadêmicos de psicologia, na política mesmo a gente tem muita relativização, mas pensar numa intervenção política, numa organização mais consistente, que saia desse plano do discurso, desse plano da problematização e que encontre um modo de intervir junto à política, eu achei muito escasso”.

Os acadêmicos com experiência no DAP trouxeram suas motivações à participação nesse movimento.

“Mas o que mais me levou a aceitar esse convite foi já tá disposto a isso. Porque quem me convidou já viu esse engajamento, já percebeu uma certa conduta de comportamento, por que ninguém recebe um convite assim de simplesmente passar no corredor e te convidar né?”

Ribeiro (2007, p. 14), diz que o sentido de participação se constitui favorável à mobilização, pois o movimento estudantil é transitório, o que permite sua continuidade, e sempre existirá um projeto a ser desenvolvido pelos que chegarão. A ligação entre as gerações e a herança do movimento estudantil é preciso para novas conquistas. “A história e a memória de um movimento permitem seu eterno caminhar”.

Os jovens de hoje, criados em um cenário de crise, vivem entre ideais já cristalizados de passado, presente e futuro, com uma sequência a seguir, que compreende a formação na juventude, trabalho durante a fase adulta e repouso na velhice (SOUSA, 2005).

“Nós não temos mais um vilão pra atacar, o vilão tá dissolvido, ele tá líquido, ele tá implícito, ele tá oculto. Então, a crise do movimento estudantil pode realmente ser atribuída a isso, é tudo muito implícito nas práticas políticas, nas práticas universitárias também. Então, essa ausência de grandes movimentos, de paixões políticas, ela vai dizer de todo um momento histórico, atual [...]”.

A inquietação de participantes de um movimento estudantil remanescente, momentos políticos passados que trouxeram à tona capacidades juvenis, hoje, não passam de um ideal do passado. Assiste-se a um mundo político em crise, cristalizado no imaginário democrático, que mais se parece com demagogias discursivas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como encontramos hoje a participação da psicologia no movimento estudantil? A resposta não é muito animadora, pois presenciamos uma categoria que se mostra indisponível a ocupar lugares de efetiva participação política. Um dos motivos analisados pode estar no equívoco de uma colagem entre o que é política, e o que é política partidária, ambas tratadas como iguais no discurso social. Ou, talvez, infere o medo de críticas; posicionar-se como figura política traz a necessidade de se mostrar, de tomar “partido” de algo, situar-se, indo contra a “neutralidade” que a Psicologia ainda acredita ter e encerrar.

Indo além, quando se escolhe a Psicologia como área de estudo e saber, já se perpetra um posicionamento. Um exemplo se dá durante a graduação, no que se refere às escolhas teóricas, uma “bandeira” defendida, mostra uma escolha feita pelo sujeito, que, mesmo contra a exposição, mostra-se um sujeito político, que defende a teoria estudada. Outro exemplo que vem corroborar com o não querer se expor, e que atravessa a Psicologia, pode ser dado na leitura do discurso senso-comum que permeia a sociedade, onde o *psi* ainda é nomeado como médico de loucos. Em se tratando da história da Psicologia, estruturada higienizadora e excludente, é bem compreensível que seja tratada como tal.

Ao passo que a Psicologia se apresenta como normatizadora, percebe-se que, de fato, a mesma nunca foi política. O dialogar com os órgãos que nos representam, mostra a participação pouco efetiva dos *psis* (seja em nível acadêmico ou profissional), causando certa angústia dos que nos representam, perante instituições de ensino e fazer profissional.

Pensando nos participantes desta pesquisa, poucos aceitaram o convite da pesquisadora. Contudo, os poucos que foram desafiados a participar, levantaram e discutiram questões, dúvidas, motivações e anseios, acerca das implicações entre esta Psicologia (a)Política e os movimentos estudantis. É por essas práticas e discursos, e de outros estudantes comprometidos com uma Psicologia indissociável da ação política, que vai se construindo o compromisso social desta Ciência e Profissão.

As representações políticas, desde a academia, até as práticas profissionais, trazendo na literatura aqueles que já transitaram pelos caminhos do movimento estudantil, e ouvindo os discursos de um caminhar atual, que levam a refletir acerca da história se repete. Os olhos de hoje, veem os olhos de ontem, sempre esperando alguém para ocupar seu lugar.

Talvez, a história se repita por uma tentativa de realizações de projetos não acabados, pois se algo ainda não foi feito, existe a possibilidade de os próximos representantes concluírem o trabalho. Do trabalho deles, que algo permaneça inacabado, para que o movimento se faça sempre presente e atuante, firmando-se no patamar ético-político que a Psicologia exige.

REFERÊNCIAS

BALTAZAR, B. in VINADÉ, T. F. e GUARESCHI, P.A. Inventando a mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. **Revista Psicologia e Sociedade** – v 19. nº 3 – (Set./Dez. 2007) Porto Alegre, RS: 2007. Disponível

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3 ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.

BENEVIDES, R. A Psicologia e o Sistema Único de Saúde: Quais interfaces? **Revista Psicologia & Sociedade** v 17.nº 2 – (Mai/Ago) Porto Alegre, RS:2005.

LHULLIER L. A. **Psicologia Política**. in Psicologia Social Contemporânea: livro-texto. Marlene Neves Stey [et al]. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MESQUITA, M. R. Juventude e movimento estudantil: discutindo as práticas militantes. **Revista Psicologia Política / Sociedade Brasileira de Psicologia Política** – vol.3, nº5 (Jan./Jun. 2003). – São Paulo: SBPP, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. – 7 ed.– São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

PRADO, M. A. M. Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista Psicologia Política / Sociedade Brasileira de Psicologia Política** – v. 1, nº 1 – (Jan. / Jun. 2001). São Paulo. SBPP, 2001.

_____; SANDOVAL, S. A. M. Editorial. **Revista Psicologia Política / Sociedade Brasileira de Psicologia Política** – v. 1, nº 1 – (Jan. / Jun. 2001). São Paulo. SBPP, 2001.

RIBEIRO, M. A. **História do movimento estudantil na psicologia**: leituras e reflexões acerca do ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia). *Memorandum*, 13. Minas Gerais, MG, 2007. Disponível em : < <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a13/ribeiro01.pdf> >. Acesso em 20 jun. 2009.

SILVA, E. A. e. Desata-me: **Três Notas para um Movimento Estudantil que seja outro**. in: I Colóquio Internacional Atividades e Afetos, 2008, Belo Horizonte: UFMG. V. 1, p. 218-219. Disponível em: < www.fafich.ufmg.br/atividadeseafetos/final.pdf >. Acesso em 24 nov. 2008.

VINADÉ, T. F. e GUARESCHI, P.A. Inventando a mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. **Revista Psicologia & Sociedade** – v 19. nº 3 – (Set./Dez. 2007) Porto Alegre,RS:2007

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Revista Psicologia & Sociedade** – v 19. nº 1 – (Jan./Abr.) Porto Alegre, RS: 2007.